

TEXTUAL



“Defendo a transformação do Vale em Região Metropolitana, mas desde que com autonomia e orçamento próprio”

EDUARDO CURY (PSDB)  
PREFEITO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

“Não adianta ficar com filigramas jurídicas. O governo tem que priorizar a transformação do Vale em Região Metropolitana”

CARLINHOS ALMEIDA (PT)  
DEPUTADO ESTADUAL E UM DOS AUTORES DO PROJETO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL PROPOSTA TRAMITA NA ASSEMBLEIA E NO GOVERNO DESDE 2001

# Para ex-secretário, projeto da RM do Vale é inconstitucional

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) diz que, por criar cargos e gerar despesas, iniciativa tem que ser do governo do Estado

CLÁUDIO CÉSAR DE SOUZA  
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O ex-secretário da Casa Civil do governo José Serra (PSDB) e pré-candidato ao Senado, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB), apontou ontem inconstitucionalidade no projeto de lei apresentado pelos deputados da Frente Parlamentar com o objetivo de transformar o Vale do Paraíba em Região Metropolitana, alegando que a proposta teria que ser de iniciativa do Executivo.

Segundo Aloysio, que é advogado e foi o responsável

## INICIATIVA

Aloysio Nunes defende que o projeto deveria ser apresentado pelo governo estadual ao invés dos deputados

pela interlocução do governo paulista com os deputados entre janeiro de 2007 e 31 de março último, proposições dessa natureza não podem partir do Legislativo porque criam estruturas administrativas, cargos e geram despesa para o Estado.

Desde 2001, três projetos da lei foram protocolados na Assembleia com o objetivo de criar a RM—os dois primeiros por Carlinhos Almeida (PT), de São José, e o atual pela Frente Parlamentar em Defesa do Vale. No entanto, a medida não foi implementada nestes nove anos por falta de parecer da Secretaria de Economia e Planejamento, o que impediu a votação das propostas.

“O trâmite está errado, já que não se pode criar Região Metropolitana sem estrutura administrativa, com cargos e funções. A Constituição é claríssima sobre isso e o autor [Carlinhos] deveria saber porque é parlamentar há muitos anos”, disse Aloysio, durante visita ao Parque Tecnológico de São José.

Ao ser questionado sobre



Trecho conurbado do Vale do Paraíba, envolvendo as cidades de Aparecida, Guaratinguetá e Lorena; ex-secretário de Serra renovou a polêmica sobre a Região Metropolitana ao dizer que o projeto tem vícios de origem e deveria ser apresentado pelo governo de SP

## A REGIÃO METROPOLITANA DO VALE

→ ENCAMINHAMENTO DO PROJETO AO GOVERNO  
Setembro de 2007

→ RAI0-X DO VALE  
2,25 milhões de habitantes, área de 19.179 quilômetros quadrados e 39 cidades

→ OBJETIVO DA RM  
Integrar a organização, o planejamento e a execução de ações públicas de interesse comum que possam ser adota-

das a partir de uma perspectiva de desenvolvimento regional

→ VANTAGENS  
Inclusão no orçamento do Estado, aumento de repasses estaduais e federais, ampliação das forças política e econômica e possibilidade da eliminação do DDD entre os municípios

→ DESVANTAGENS  
Só funciona se houver autonomia dos prefeitos e municípios



O ex-secretário tucano e pré-candidato ao Senado Aloysio Nunes durante entrevista concedida ontem em São José dos Campos

## OUTRO LADO

# Deputados cobram agilidade do governo

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Autores do atual projeto de lei que tem como objetivo transformar o Vale do Paraíba em Região Metropolitana, os deputados Carlinhos Almeida (PT), José Afonso Lobato (PV) e Mozart Russomanno (PP) voltaram a cobrar ontem agili-

dade do governo na concessão do parecer técnico para liberação da proposta para votação na Assembleia.

“Não tem problema se o governo entender que o projeto tem vício de origem. Se chegar a esta conclusão, que mande imediatamente outro projeto para a Assembleia para que

possamos votá-lo rapidamente e para que o Vale seja transformado em Região Metropolitana ainda este ano”, disse Carlinhos, autor dos três projetos de lei sobre o assunto.

“Já encaminhamos ofício ao governador Alberto Goldman para que ele agenda uma reunião com os deputados da

região para discutirmos o assunto”, disse Lobato, presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Vale.

A opinião foi compartilhada por Mozart. “Mais importante do que quem é o autor do projeto, é agilizar a tramitação para que a região seja efetivada como metropolitana.” ●

o motivo de não ter avisado os parlamentares sobre o vício de origem, o ex-secretário foi lacônico. “Não é papel do governo alertá-los. Isso é papel da Assembleia Legislativa.”

**Modelo.** Ele defendeu a mudança administrativa, mas considera que tem que ser implementado o modelo que garanta mais interação entre os municípios. “O governo já está fazendo este estudo, até para verificar se a transformação em Região Metropolitana é a melhor forma, já que a Constituição também prevê a criação de aglomerações urbanas e

## DEFINIÇÃO

Lideranças querem que a transformação do Vale em Região Metropolitana ocorra ainda este ano

microrregiões. Quando for finalizado o estudo, o governo vai apresentar a proposta”, afirmou Aloysio.

**Estudo.** Por meio da assessoria, o governo de Alberto Goldman (PSDB) informou que o parecer da Secretaria de Planejamento será técnico, cabendo à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Assembleia se posicionar. Ainda segundo a assessoria, se o projeto for aprovado pelos deputados, o mesmo será remetido à Casa Civil, quando será analisada a constitucionalidade. Se for ilegal, o projeto será vetado pelo governador, que poderá incorporar a iniciativa e encaminhar nova proposta.

**Reação.** “Não interessa se o projeto é dos deputados ou do governo, mas sim agilizar a questão e transformar quanto antes a região em metropolitana para tenhamos mais progresso e crescimento”, disse o prefeito de Ubatuba e presidente do Codivap (Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba, Eduardo César (DEM)). ●

MEIO AMBIENTE SETOR DEFENDE VIABILIDADE DO EMPREENHIMENTO

# Vereadores de São José discutem hoje a retomada da extração de areia

Vale do Paraíba possui uma área de 366 km<sup>2</sup>

onde é permitida a extração de areia. A mineração ocorre em uma área de 50 km<sup>2</sup>

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A Comissão de Planejamento da Câmara de São José convocou todos os vereadores para definir como será conduzido o debate sobre a retomada da extração de areia em São José. O encontro acontece a partir das 10h de hoje na Câmara.

A discussão é fruto de ofício encaminhado por representantes do Sindareia, Fiesp e do setor da construção civil, que solicitaram a revisão da extração de areia na cidade. São José proíbe a atividade minerária desde 1994.

O presidente e relator da comissão, Cristiano Pinto Ferreira (PSDB) disse que o resultado da conversa será o indutor da discussão na Casa. “Será uma reunião fechada para avaliar se o debate será levado a frente ou não nesse momento. Se o entendimento for que sim, iremos agendar reunião com o setor nas próximas semanas.”

Segundo ele, também será debatida na reunião de hoje a



“Além da areia, também iremos debater saneamento e aeroporto para definir como iremos conduzir esses debates”

CRISTIANO PINTO FERREIRA  
VEREADOR EM SÃO JOSÉ



“A extração de areia não foi tema das audiências públicas. A população já sabe que ela provoca danos irreversíveis”

VICENTE CIOFFI  
MEMBRO DO COMAM

questão do saneamento básico em São José e a internacionalização do aeroporto.

**Enquete.** Pesquisa realizada pelo O VALE apontou que, dos 21 parlamentares de São José, 12 são favoráveis à exploração, desde que o modelo de fiscalização e recuperação dos portos de areia seja revisado. Quatro deles não tem opinião definida, um não comentou e outros quatro são contrários.

Procurado ontem, o presidente do Sindareia, Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, não foi localizado. Em reportagem anterior ele sustentou que o crescimento da construção civil torna São José a maior

consumidora de areia do Vale e que, por possuir depósitos de areia em situação de enquadramento mineral, o município deveria permitir a exploração. Ele também disse que o importante é retomar o debate, independente de ser durante as discussões sobre o Zoneamento.

**Mobilização.** O ambientalista Vicente Cioffi, membro do Comam (Conselho Municipal do Meio ambiente) de São José e do Fórum Permanente em Defesa da Vida, disse que mobilizações serão realizadas para pressionar os vereadores a não abrir brechas para a retomada da extração de areia. “O prefeito Eduardo Cury (PSDB) compartilha da opinião de que o dano ambiental e a degradação são irreversíveis.”

Segundo Cioffi, caso a Câmara aponte para a liberação, o grupo pretende acionar o Ministério Público.

Amanhã, a areia e a votação do Zoneamento estarão na pauta da reunião entre a bancada governista e a prefeitura. ●